

Corporeidades e pertenças no Antropoceno: equívocos nas controvérsias ecológicas sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte

Corporealities and belongings in the Anthropocene: equivocations in the ecological controversy over the Belo Monte Hydroelectric Power Plant

Carlo Andrea TASSINARI
Université de Bologne

DOI : 10.25965/as.9602

Licence : CC BY-NC-SA 4.0 International

Resumo: O artigo apresenta uma análise da controvérsia em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada nas proximidades de Altamira, no Estado do Pará, considerada um caso paradigmático para compreender os conflitos de sentido que envolvem formas distintas de se relacionar com o território. A pesquisa, desenvolvida ao longo de 16 meses no Brasil, baseia-se em trabalho de campo, entrevistas com atores-chave e análise de acervos analógicos e digitais. O trabalho propõe, em primeiro lugar, um quadro teórico-metodológico original que articula semiótica cognitiva, Antropoceno e controvérsias ecológicas, a partir da hipótese de que as crises ecológicas antropogênicas não manifestam uma crise da ‘natureza’, mas uma crise das categorias que moldam nossa percepção do ambiente. Nesse quadro, a corporeidade é compreendida como mediação semiótica fundamental: em diálogo crítico com a proposta de Fontanille sobre o EU-CARNE e o CORPO-PRÓPRIO, e em convergência com o feminismo comunitário territorial latinoamericano e com a teoria ator-rede, o artigo desenvolve a noção de corpo-território – um corpo que não produz sentido sobre o ambiente, mas com ele, tornando cada corpo humano um corpo mais que humano. As infraestruturas técnicas, como a própria usina, são analisadas como próteses cognitivas coletivas que reorganizam corpos, rios e formas de vida, como ‘máquinas enunciativas’. Sobre esse fundamento, o texto focaliza a produção visual mobilizada na controvérsia, analisando como quatro figuras equívocas – o corpo indígena, o corpo dos atingidos, o corpo da usina e o corpo do rio – condensam conflitos de sentido irredutíveis a simples divergências ideológicas, revelando equívocos mais profundos sobre o que define a dignidade, o pertencimento e a vida digna no território.

Palavras chave: corporeidade, controvérsias ecológicas, imaginário visual, corpo-território, Antropoceno

Abstract: The article presents an analysis of the controversy surrounding the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, located near Altamira, in the State of Pará, Brazil, and regarded as a paradigmatic case for understanding the conflicts of meaning that emerge from different ways of relating to territory. The research, conducted over a period of sixteen months in Brazil, is based on fieldwork, interviews with key actors, and the analysis of both analog and digital archives. The article first proposes an original theoretical and methodological framework that brings together cognitive semiotics, the Anthropocene, and ecological controversies. It is grounded in the hypothesis that anthropogenic ecological crises do not reveal a crisis of “nature” itself, but rather a crisis of the categories through which we perceive and make sense of the environment. Within this framework, corporeality is understood as a fundamental semiotic mediation. Through a critical dialogue with Fontanille’s concepts of the *Moi-chair* and the *Corps-propre*, and in convergence with Latin American territorial community feminism and actor-network theory, the article develops the notion of *body-territory*: a body that does not produce meaning about the environment but with it, thereby rendering every human body a more-than-human body. Technical infrastructures, such as the hydroelectric plant itself, are analyzed as collective cognitive prostheses that reorganize bodies, rivers, and forms of life, as “enunciative machines”. Building on this foundation, the article focuses on the visual production mobilized within the controversy, examining how four equivocal figures—the Indigenous body, the body of the affected populations, the body of the power plant, and the body of the river—condense conflicts of meaning that cannot be reduced to mere ideological disagreements. These figures reveal deeper misunderstandings regarding what defines dignity, belonging, and a dignified life within the territory.

Keywords: Corporeality, Ecological controversies, Visual imaginaries, Body-territory, Anthropocene

Introdução

Algo aconteceu em 6 de março de 2024. Ou, melhor, ‘desaconteceu’: foi o dia em que o termo “Antropoceno” ingressou na cena política americana, no momento em que o Grupo de Trabalho encarregado de oficializar essa nova época estratigráfica recusava sua corrente formulação. Vale a pena nos debruçarmos um pouco sobre a primeira página do New York Times que noticiou esse singular ‘desacontecimento’, conforme imagem abaixo (figura 1):



Figura 1. Fotografia de capa do Jornal *The New York Times* (Março, 6, 2024)

No quadrante superior, à esquerda, uma fotografia horizontal retrata Donald Trump triunfante, braços abertos em signo de vitória no elegante salão da vila de Mar-a-Lago. Como explica a legenda, o então ex-presidente acabava de ganhar o *Super Tuesday*, o dia das primárias dos republicanos, obtendo o direito de se candidatar mais uma vez pela campanha presidencial de 2025. Por conta de uma curiosa escolha tipográfica, o título do artigo que verbaliza a notícia, *Trump and Biden Pile Up Victories on Supertuesday*, fica bastante afastada da imagem, na margem direita da página. Nota-se, aliás, que a imagem não figurativiza os dois atores mencionados no título, pois foca apenas em Trump e no seu entorno, apagando a figura do candidato moderado.

Por causa da legenda, do posicionamento do artigo que tematiza a fotografia e do enfoque sobre Trump, o leitor demora alguns instantes em associar a imagem ao texto verbal, necessário para a correta interpretação da notícia. Durante essa breve hesitação, a atenção do leitor não pode não ser chamada pelo título do artigo imediatamente em baixo da foto, no centro da página, separada da imagem apenas

por uma sutil linha preta. Os olhos dos leitores caem assim fatalmente sobre a escrita *Geologists say It is not Time to Declare a Human-created Epoch*. Em pouquíssimo centímetros, passamos do domínio temático da política para aquilo da divulgação científica sobre as últimas notícias da comunidade internacional de geologia. Ao ler o criterioso relato ofertado por Raymond Zohng, aprendemos que, após 15 anos de discussão, o Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno rejeitou a proposta formal de uma nova época geológica, o Antropoceno justamente, cuja marca formal seria a “transformação de origem antrópica do planeta” (mais especificamente, lê-se, trata-se dos traços radioativos depositados nos sedimentos após o desenvolvimento e uso das tecnologias nucleares a partir da metade do século XX).

Obviamente os dois eventos não têm nenhuma relação de causalidade, mas, por um efeito de ‘tematização’ bem conhecido em semiótica jornalística (Violi, Lorusso 2004; Oliveira 2006; Schwartzmann 2019), as cenas das duas notícias - o Trump triunfante da foto e o fracasso da proposta do Antropoceno - acabam ajustando-se num só e único macro tema, criando, *de fato*, uma notícia nova, não relatada em nenhum dos dois artigos: Trump, conhecido climatocético, parece celebrar o dissenso científico sobre a influências humanas sobre a geosfera.

Essa curiosa modulação de modos de existência (Fontanille; Zilberberg 1998) – a manifestação poderosa do ‘Antropoceno’ no campo político e o declínio dele no campo científico – revela surpreendentes conexões entre os domínios semânticos da natureza e da cultura, bem como complicadas tensões enunciativas entre ciência e política¹. Daí a hipótese que sustentara o estudo a seguir: que os discursos e as práticas do Antropoceno – o hiperônimo contemporâneo das crises ecológicas antropogênicas – não manifestam uma crise da ‘natureza’, mas sim uma crise das categorias que “moldam o pano de fundo de nossa percepção do ambiente” (Paolucci 2025: 20). De fato, se a hipótese do Antropoceno (Crutzen 2002) define os humanos como novas e “maiores forças geológicas”, seu efeito primordial é desestabilizar as categorias que, como a categoria ‘cosmológica’ natureza/cultura, articulam as camadas mais profundas do “universo de sentido coletivo” (Greimas; Courtés 2008) da modernidade ocidental (Danowski; Viveiros de Castro 2014; Descola 2004, 2009; Latour, 1994, 1999, 2012, 2016; Ingold 2002). Nessa abordagem, o Antropoceno não seria uma ‘época’ (Crutzen; Stoermer 2000; Crutzen 2002; Steffen *et al.* 2011), nem um ‘evento’ (Gibbard et al. 2022) mas, primeiramente, um ‘efeito’ (Latour 2016) - e, mais especificamente, um ‘efeito de sentido’ (Tassinari 2024, 2025) com inúmeros desdobramentos, perfeitamente reais e práticos, sobre nossa cognição do mundo “ao redor”. Pretendemos entender melhor este efeito, que acreditamos manifestar-se exemplarmente nas controvérsias ecológicas, construindo um protocolo de análise das controvérsias com base teórica nos desdobramentos contemporâneos da semiótica cognitiva (Paolucci 2021), articulados à semiótica estrutural, a semiótica da cultura e à antropologia contemporânea. Conforme a vocação empírica da disciplina, a elaboração teórica de VAMP se fundamenta em casos de estudo de grandes obras no Brasil, na Itália e na França, o que tornará possível potencializar virtualidades

¹ De fato, faz tempo que as preocupações “ecológicas” questionam profundamente a arquitetura temático-cognitiva das seções do jornal. Já nos anos ’90, Bruno Latour, abria seu diagnostico da crise da modernidade da forma seguinte: “Multiplicam-se os artigos híbridos que delineiam tramas de ciência, política, economia, direito, religião, técnica, ficção. Se a leitura do jornal diário e a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos. Toda a cultura e toda a natureza são diariamente reviradas aí” (Latour 1994, p. 8).

adormecidas para o ‘fazer coletivo’ num contexto em que, literalmente, a terra parece derrubar-se debaixo de nossos pés.

O presente artigo almeja apresentar alguns resultados de análise do principal caso de estudo no Brasil: a controvérsia sobre a *Usina Hidroelétrica de Belo Monte*, em proximidade de Altamira, no Estado do Pará. O caso nos permite levar em conta conflitos e equívocos profundos sobre as categorias que os participantes da controvérsia mobilizam em relacionar-se com o território. De fato, a ideia que guiou essa escolha é que Belo Monte é paradigmática em encenar formas conflitantes de fazer-território e formar pertencimento, trazendo à tona espetaculares fracassos de tradução entre nichos semióticos.

O material sobre o qual se baseia o trabalho foi coletado durante o período de 16 meses passados no Brasil, tomando-se como base de pesquisa a cidade de Araraquara. Ele compreende resultados de pesquisa sobre acervos analógicos e digitais, incluindo sete semanas de trabalho de campo e 30 entrevistas com atores-chave da controvérsia. Todavia, por conta do espaço, da finalidade da presente publicação e do estado de amadurecimento do trabalho, esse artigo foca num recorte específico dos materiais coletados, ou seja, a produção visual que alimentou os conflitos de significado que estruturam o debate. Nessa guerra de imagens, um espaço particular será dedicado à figurativização dos corpos, em particular dos “corpos dos atingidos”². A hipótese que norteia esse recorte é que a categoria da ‘corporeidade’, no seu relacionamento com o ambiente ao redor, constitui uma das arenas simbólicas principais dessa controvérsia. Por isso, consideramos sua figurativização uma maneira de tematizar os desafios coletivos concernentes às transformações produzidas pela obra, bem como uma maneira de construir maneiras de habitar os espaços e relacionar-se com os outros, tanto humanos quanto não humanos. O que almejamos mostrar pelo viés da análise focada nas imagens, mas atenta na sua inserção prática na controvérsia, é que todo ‘corpo’ é um ‘*corpo-território*’.

Para desenvolver esse raciocínio detalharemos, em primeiro lugar, a abordagem teórico-metodológica do trabalho, conectando semiótica cognitiva, Antropoceno e controvérsias ecológicas; em segundo lugar, vamos expor sucintamente a controvérsia sobre a *Usina Hidroelétrica de Belo Monte*, identificando o pano de fundo da guerra de imagens que haveremos de analisar; por fim, na terceira seção, a análise mostrará que o imaginário da usina - e também o seu próprio corpo - rearticula as formas da corporeidade ribeirinha, citadina e indígena, identificando os espaços equívocos nos quais ressoam as ‘vozes’ do Antropoceno.

1. Corpos, máquinas, equívocos

Sem perder de vista, esperamos, a complexidade e os sincretismos de linguagens envolvidos numa controvérsia qualquer, e em particular numa controvérsia gigantesca como aquela de Belo Monte, esse trabalho pretende focar sobre duas mediações semióticas particulares que - no caso de Belo Monte, mas não apenas - tem um papel decisivo: os corpos e as infraestruturas (e suas figurações), consideradas como suas próteses cognitivas.

² Teve a possibilidade de apresentar as primeiras reflexões no simpósio “*Ecosemiótica: corpo e imagem na Amazônia*”, dirigido por Maurício Zouein (UFRR) e Luiz L. Z. Cezar Silva dos Santos (UFPA) no VI Congresso da Associação Brasileira de Semiótica, ocorrido entre 1 e 4 de julho 2025, na Universidade de São Paulo, em São Paulo (Brasil). Esse artigo retoma parcialmente as considerações feitas na época, mas as reelabora profundamente e as inscreve num quadro teórico-metodológico original e muito mais desenvolvido.

O corpo é uma das mediações semióticas mais fundamentais na construção de nichos semióticos, bem como na estruturação dos conflitos de significado que suas sobreposições podem gerar. Nesse sentido, é interessante colocar em diálogo a obra de Jacques Fontanille, *Soma e sema: as figuras do corpo* (2008), com a semiótica cognitiva delineada por Paolucci (2011; 2021; 2025). De fato, ambos partem do mesmo princípio enativista: que a corporeidade, entendida como maneira de habitar o ambiente, se constitui instaurando “uma distinção entre si e o ambiente em que está inserido” (Paolucci 2025); ou, como fala Fontanille, “Cada enunciação produz uma semiose na medida em que procede de uma tomada de posição do corpo no mundo, tomada de posição que determina *ipso facto* um domínio interior e um domínio exterior: o próprio e o não-próprio” (Fontanille 2008: 32). O interesse da proposta de Fontanille é o desdobramento dessa distinção interior/exterior na oposição entre Eu-carne (o corpo que ‘toma posição’ no engajamento material com um continuum ‘pré-semiótico’) e Corpo-próprio (o simulacro do Se socializado, por sua vez distinto em *se-idem*, instância da memória incorporada, e em *se ipse*, instância da visada por objetivos) e na dinâmica que se instaura entre eles:

O SI é essa parte de si mesmo que o MIM projeta para fora de si para poder se construir atuando; o MIM fornece ao SI o impulso e a resistência que lhe permitem colocar-se em movimento rumo ao seu devir; o SI fornece ao MIM a reflexividade de que ele precisa para medir a si mesmo durante a mudança. O MIM coloca para o SI um problema que ele precisa resolver permanentemente: o MIM se desloca, se deforma, resiste e obriga o SI a enfrentar sua própria alteridade – problema que o SI se esforça por resolver, seja por repetição e semelhança, seja por um “olhar” constante e mantido. O MIM e o SI são, de certo modo, inseparáveis – são o anverso e o reverso de uma mesma entidade: o corpo-actante. (Fontanille 2008: 35)

Parece-nos, contudo, que essa proposta estabelece de maneira assimétrica a tensão entre o EU-CARNE e o CORPO-PRÓPRIO, resolvendo-a em favor do primeiro e, ao mesmo tempo, desvalorizando a formatividade semiótica do ambiente circundante. Com efeito, é o EU-CARNE que apresenta ao corpo-próprio um problema que este é chamado a resolver, fazendo-o confrontar-se com um ambiente em si mesmo semioticamente indeterminado. No entanto, esse ambiente já foi interpretado por outras “vozes”, isto é, pelos outros atores, humanos e não humanos, que constituem esse mesmo ambiente. Esse ponto foi elaborado, em um registro político e vivencial antes que semiótico, pelo feminismo comunitário territorial latinoamericano: pensadoras como Lorena Cabnal (2010) e Julieta Paredes (2010) mostram que o território não é um espaço neutro ou inerte, mas um espaço já habitado – atravessado por relações de poder, por memórias de resistência e por práticas de cuidado sedimentadas – que co-determina ativamente os corpos que nele se inscrevem³. Em suma, também o ambiente com o qual o EU-CARNE se confronta é dotado de uma memória: de um *si-idem*, para retomar

3 Cabnal propõe, a esse respeito, a noção de “defesa e cuidado do corpo-território” como ato político primário, articulando a violência sobre os corpos das mulheres e a destruição dos territórios como manifestações de uma mesma estrutura de dominação – colonial, patriarcal e capitalista. É importante notar que essa tradição recusa tanto o essencialismo naturalista (que fundamentaria o vínculo mulher-natureza em bases biológicas) quanto a idealização romântica das cosmologias indígenas, inscrevendo o conceito em uma análise histórica e materialista (cf. Cabnal 2010; Paredes 2010).

a terminologia de Fontanille, formado por esquemas, normas e usos que o caracterizam como já habitado e, por isso mesmo, habitável.

A maneira como se toma posição em seu interior não é livre, mas o efeito de uma negociação, de um “engajamento material” com outros corpos. Esses outros corpos, constitutivos do “ambiente”, não se limitam a sofrer uma tomada de posição, mas a codeterminam, retirando da carne o papel de forma primordial e originária da corporeidade. É nesse sentido, acreditamos, que todo corpo é desde sempre um “corpo-território”: um corpo que não produz significados *sobre* o ambiente circundante, mas *com* o ambiente circundante, fazendo de cada corpo humano um corpo mais que humano⁴. Retomamos aqui, deslocando-a para o plano semiótico, a noção elaborada pelo feminismo comunitário latinoamericano: a inseparabilidade entre corpo e território não é, nessa tradição, uma metáfora, mas o reconhecimento de que ambos são espaços de vida, cuidado e reprodução submetidos às mesmas lógicas de domínio (Cabnal 2010; Gago 2019; Segato 2016). Nossa proposta é que essa inseparabilidade possui, além disso, uma estrutura semiótica descritível nos termos acima: o corpo não preexiste ao território que habita, assim como o território não preexiste aos corpos que o constituem.

Em suma, na interpretação de Fontanille, parece que apenas o “CORPO-PRÓPRIO” pode ser considerado um “corpo social” (Marrone 2001), ao passo que apenas o “EU-CARNE” pode ser considerado um corpo único e singular, de algum modo originário da experiência subjetiva. A ideia de um corpo-território, emergente de processos de “engajamento material”, evidencia, por sua vez, que o “social”, uma vez concebido como um conjunto de associações entre humanos e não humanos (Latour 2005), e não como uma construção cultural, estende-se à própria carne. A convergência entre essa perspectiva semiótica e o pensamento ecofeminista não é, nesse sentido, meramente analógica: em ambos os casos, trata-se de recusar a separação entre natureza e cultura, entre corpo e mundo, reconhecendo que o sujeito é sempre já constituído por relações materiais que o precedem e o excedem.

A hipótese do Antropoceno constitui uma ilustração eloquente disso. No Antropoceno, tudo se passa como se alguém tivesse aumentado desmedidamente a intensidade e o alcance da voz dos seres humanos no espectro de escuta das ciências do sistema terrestre. Isso ocorre porque as vozes antrópicas são imensamente amplificadas por poderosas estruturas técnicas que transformam para sempre a marca da humanidade no mundo circundante, conferindo-lhe uma nova forma de corporeidade híbrida. De fato, um dos marcadores que os cientistas têm identificado para caracterizar o Antropoceno é o aumento exponencial do peso da ‘Tecnosfera’ (o conjunto de artefatos e infraestruturas produzidas pelos humanos, que teria ultrapassado de muito o peso de toda a biosfera). As usinas hidroelétricas são um exemplo perfeito dessa ‘massa’ (Latour 1992) que, de fato, é uma ‘massa protésica’. Voltando ao artigo de Paolucci...

[...] partindo das ideias do enativismo, que afirma que os seres humanos estão fundamentalmente acoplados com os ambientes, em vez de perguntar sobre o papel do artefato na sociedade, como ele poderia ser usado, ou qual significado ele poderia ter dentro uma cultura específica, na minha opinião deveríamos perguntar sobre as maneiras pelas

4 A expressão “mais que humano” (*more-than-human*) remete ao debate contemporâneo sobre ontologias relacionais nas ciências sociais e nos estudos multiespécies (Tsing 2015; Haraway 2016), com o qual a noção de corpo-território dialoga de maneira produtiva, ainda que a partir de uma genealogia distinta.

quais o artefato pode ter estruturado a cognição humana ou expandido e aprimorado as possibilidades das tarefas cognitivas (Paolucci 2025: 19-20).

Perguntamo-nos isso então. Certo, nosso artigo não se interessa por um ‘artefato’ qualquer, mas por uma grande infraestrutura: a meio caminho entre os ‘objetos à mão’ de Andy Clark (Clark 2008) e as instituições estudadas por Shaun Gallagher (Gallagher 2011). Talvez, a melhor referência para colocarmos a boa distância, ressaltando o caráter semiótico e cognitivo das infraestruturas, é a reflexão de Michel Foucault sobre as prisões.

Para ele – como observam Gilles Deleuze (Deleuze 1986) e Paolo Fabbri (Fabbri 2014), que o retomam – elas são verdadeiras máquinas enunciativas, ou seja, próteses cognitivas que selecionam certas propriedades do mundo ao redor para transformá-lo em veículo de papéis e valores. De fato, a organização material das prisões é parte integrante do discurso moderno sobre o que é a criminalidade. Tudo acontece como se o encadeamento de corpos, olhares, barreiras arquitetônicas e circulares ministeriais das prisões funcionasse como uma superfície significativa, por meio da qual toda uma parte da população fosse retirada do coletivo e contraposta a outra, para encarnar, justamente, o efeito da criminalidade. Mudando um pouco os objetos e nos livrando da ideia de que o social e o natural são compartimentos estanques, podemos nos perguntar, por exemplo, como uma usina hidrelétrica organiza o corpo dos rios, dos peixes, dos pescadores, das árvores, os modos de habitar, de produzir energia, consumi-la e distribuí-la, a fim de realizar um efeito de progresso técnico-social – considerado, aliás, ambientalmente responsável por não ser inteiramente baseado no petróleo.

Essas perguntas nos apontam, encerrando a seção, ao valor metodológico da equivocidade. Se toda grande infraestrutura funciona como uma máquina enunciativa – selecionando certas propriedades do mundo para transformá-las em veículo de papéis e valores – então a sobreposição de infraestruturas distintas sobre um mesmo território produz inevitavelmente conflitos de perspectiva. É precisamente isso que Viveiros de Castro (2004; 2024) designa pelo conceito de equívoco: não um simples mal-entendido, mas uma diferença de perspectiva constitutiva, que funda a relação entre os atores sem que nenhum deles a perceba plenamente. Na complexidade dos materiais produzidos no âmbito da controvérsia, os que escolhemos se baseiam na hipótese de que esses conflitos de perspectiva se manifestam de maneira privilegiada na figuração dos corpos: o que define o corpo do Outro – o que o marca como saudável ou doente, rico ou pobre, digno ou marginalizado – é sempre o seu relacionamento com o ambiente. Pois, como escreve Viveiros de Castro, “o Outro do Outro é sempre outro” (Viveiros de Castro 2024: 91). Talvez uma controvérsia não seja nada mais do que um conjunto de equívocos sobre essas alteridades; e o aporte da semiótica oferece uma bateria de conceitos que, reconhecendo-a, permite uma boa tradução

2. A controvérsia sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte

Antes de ilustrar concretamente como essas considerações teóricas permitem analisar as controvérsias ecológicas, vou proporcionar uma breve – e parcial – reconstrução da controvérsia sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Útil para situar o leitor, seu objetivo no artigo é sobretudo desdobrar o pano de fundo diacrônico do qual emergem alguns equívocos centrais sobre as relações

Norte/ Sul no território nacional e sobre o papel do rio Xingu, no âmbito do território de Altamira. Isso permitirá, sucessivamente, identificar a produção visual que os desdobra.

Desde as crises petrolíferas de '73 e '77, o Brasil aposta na hidroelétrica para diversificar as fontes de energia no país. O primeiro passo nessa direção foi a construção, entre 1975 e 1983, da usina hidroelétrica binacional de Itaipú, com capacidade 14000 MW. Segue em 1985, a barragem de Tucuruí, no Rio Tocantins com capacidade de 8370 MW, e depois 26 hidroelétricas, incluindo a hidroelétrica de Belo Monte. Como se vê no mapa (Figura 2), muitas delas, sobretudo aquelas de grande porte, são localizadas no Norte Amazônico, em contraste com o fato de que as maiores indústrias do país se concentram no Centro Sul.

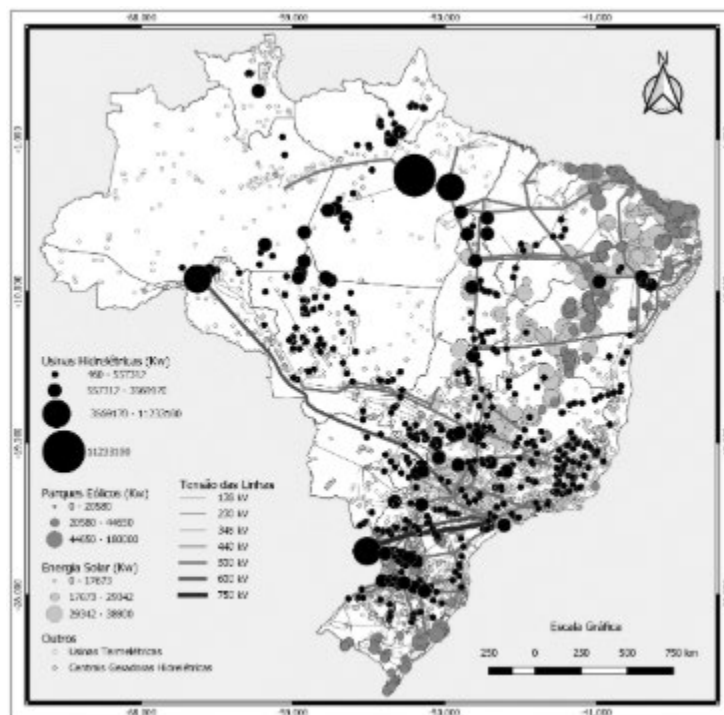


Figura 2. Mapa do Brasil - Mapa 1. Distribuição geográfica das fontes energias renováveis do país, com enfoque nas centrais hidroelétricas (pretas), nos parques eólicos (cinza escuro) e nos parques fotovoltaicos (cinza claro)

Fonte: Queiroz Miranda de Neto & Conceição Mendes (2019: 32)

Seguindo o raciocínio dos geógrafos José Queiroz Miranda de Neto e Francivaldo José da Conceição Mendes (2019: 37-38), cabe um comentário sobre isso. Inicialmente, essas hidroelétricas supriam as necessidades energéticas de empreendimentos locais – principalmente de mineração. Porém, um processo de centralização política e administrativa anuncia o surgimento do sistema integrado que será finalizado na década de '90. O sistema permite redistribuir a energia em todo o país. Essa integração técnica, porém, sustenta uma polarização funcional. Ela separa os lugares mais aptos a produzir energia por conta das características hidrogeológicas próprias, como o Norte Amazônico, dos lugares mais aptos a consumir energia em larga escala, como as regiões do Centro-Sul do País, mais industrializadas e com maior concentração de capitais. Como observa o sociólogo Sergio Corrêa, isso reintroduz “a Amazônia como uma fronteira em expansão, reproduzindo, assim, seu status de periferia”

(Corrêa, 2016: 251): uma periferia, acrescentaria, não apenas econômica e cultural, mas também energética, condenada a fornecer energia, ou seja, substituto de mão de obra, pelo resto do país.

Assim, o próprio sistema sociotécnico formado pelo conjunto das grandes bacias hidrográficas e usinas hidroelétricas de grande porte no Norte, a concentração de capitais e infraestruturas produtivas no Sul, e o sistema integrado que sustenta a sintaxe transitiva de transferência de energia e matéria-prima do Norte ao Sul, funciona de fato como um sistema semiótico-cognitivo que semantiza o país inteiro: o ‘sistema integrado’ é o suporte expressivo que organiza o espaço nacional distribuindo sobre ele, no plano do conteúdo, os papéis hierárquicos de lugares de extração e de produção, periferia e centro. Reencontramos assim, no próprio sistema sociotécnico, uma materialização concreta da cosmologia naturalista, que axiologiza a geografia produtiva segundo o tropo de um centro culturalizador que domestica a periferia ‘natural’ do Norte – produzindo, nesse mesmo gesto, o nicho semiótico que organiza o pano de fundo da percepção do ambiente no qual a Usina Hidroelétrica de Belo Monte se insere.

Esse sistema é, todavia, convencional ou, pelo menos, contingente – e sua atuação sempre suscitou resistências (Fearnside 2017). O Xingu é um dos rios amazônicos com mais sazonalidade, com maior diferença de vazão entre períodos de cheia e de seca: a média de produção anual de Belo Monte é de 4700 MW, menos da metade da ‘capacidade instalada’ de 11.333 MW com que os apoiadores do projeto apresentam a potência da usina. Essa distinção – ou confusão – entre capacidade instalada e energia efetivamente produzida é, ela mesma, um equívoco recorrente na defesa e no ataque do empreendimento.

Na época da ditadura, até o nome parecia pensado para gerar polêmicas: o projeto de usina se chamava Kararão, grito de guerra do povo Kayapó, uma das dezenas de etnias que moravam na área afetada. Essa provocação foi entendida perfeitamente pela líder e guerreira Kayapó Tuiré, que encostou seu facão no rosto do então diretor da Eletronorte durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em fevereiro de 1989 em Altamira, e fonte de uma icônica fotografia sobre a qual voltaremos. Nesse encontro histórico, estiveram presentes também o então presidente do IBAMA, o prefeito de Altamira, deputados federais, em torno de 300 ambientalistas, de 150 jornalistas, e celebridades como o cantor inglês Sting (Fleury & Almeida 2013: 143).

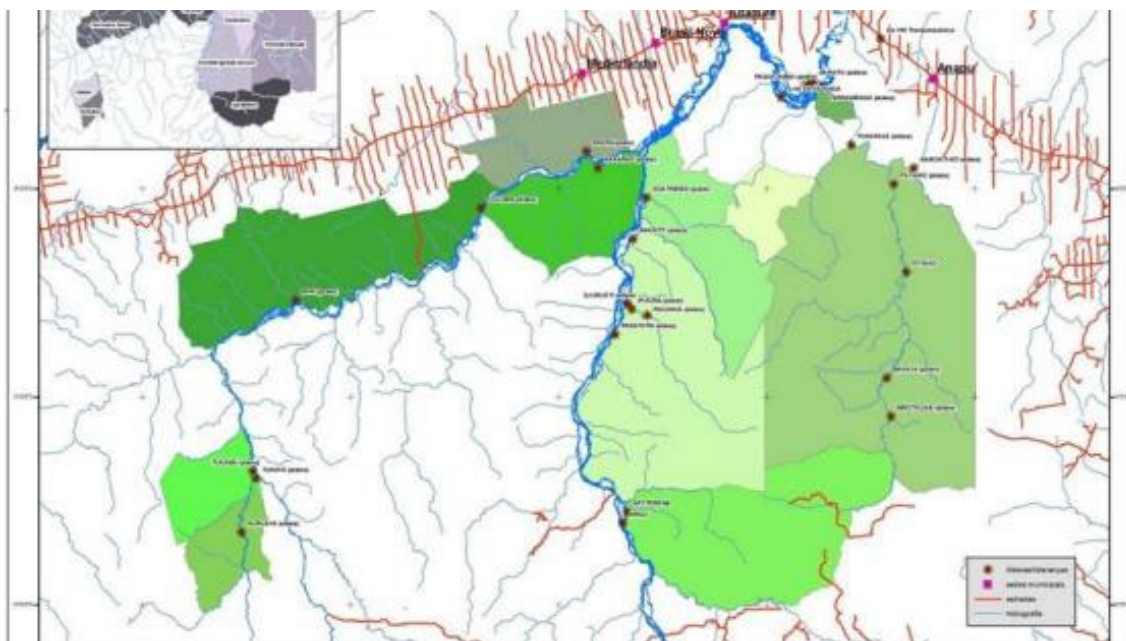


Figura 3. Mapa da região - Mapa 2. Terras Indígenas (TIs) na Área de Influência UHE BM

Fonte: FUNAI

O evento se inscreve numa trajetória de visibilização e mudança da imagem pública dos povos das florestas, cujo outro marco importante foi a ECO 92, que institucionalizou nas políticas públicas o qualificativo de ‘sustentável’ como necessário ao conceito de desenvolvimento, e reconheceu os direitos de comunidades tradicionais sobre a floresta mediante a Convenção sobre Diversidade Biológica (Fleury & Almeida 2013: 144). Esses acontecimentos marcaram significativamente o projeto: em 1989, após o encontro de Altamira, a usina deixou a denominação Kararão e passou a se chamar Belo Monte; em 1994, depois da ECO 92, a proposta do reservatório foi reduzida, evitando a inundação da terra indígena Paquicamba.

Nos anos seguintes, o interesse pela obra parece se apagar. Curiosamente, será o campeão da redemocratização do Brasil, Luiz Ignácio Lula da Silva, que ressuscita esse projeto nascido na ditadura. E isso, não sem ambiguidade. Em 2002, Lula, então candidato, publica o memorandum “O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil”, criticando os “megaempreendimentos” e apoiando o modelo das pequenas centrais. Porém, em 2005, assina o Decreto Legislativo (nº 1.785/05) que autoriza a instalação da usina; em 2007, inscreve sua construção como prioridade no primeiro Plano de Aceleração do Crescimento (PAC I, 2007-2010); em 2009, obtém do IBAMA a licença prévia, que divulga o Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Com isso, o projeto se encaminha para a forma atual, que prevê a construção de duas barragens: ‘Pimental’ e ‘Belo Monte’ (Figura 4: Mapa 3). ‘Pimental’, situada no imediato lado leste de Altamira, tem um porte relativamente modesto, com 6 turbinas. A função dele é aproveitar, graças a um canal, o reservatório principal ‘Xingu’, segurado pela barragem de Belo Monte, com 18 turbinas (no círculo). Isso recorta o Xingu em três trechos principais: o trecho antes de Pimental, no qual está localizada a cidade de Altamira, onde a captação de água torna lento o fluxo do rio e cria uma zona de ‘cheia permanente’; o trecho de ‘vazão reduzida’, entre Pimental e Belo Monte, correspondente a 110 quilômetros da ‘Volta

Grande do Xingu'; e o trecho depois de Belo Monte, onde a água captada pela usina se junta de novo com a água do trecho de vazão reduzida, no leito original do rio.

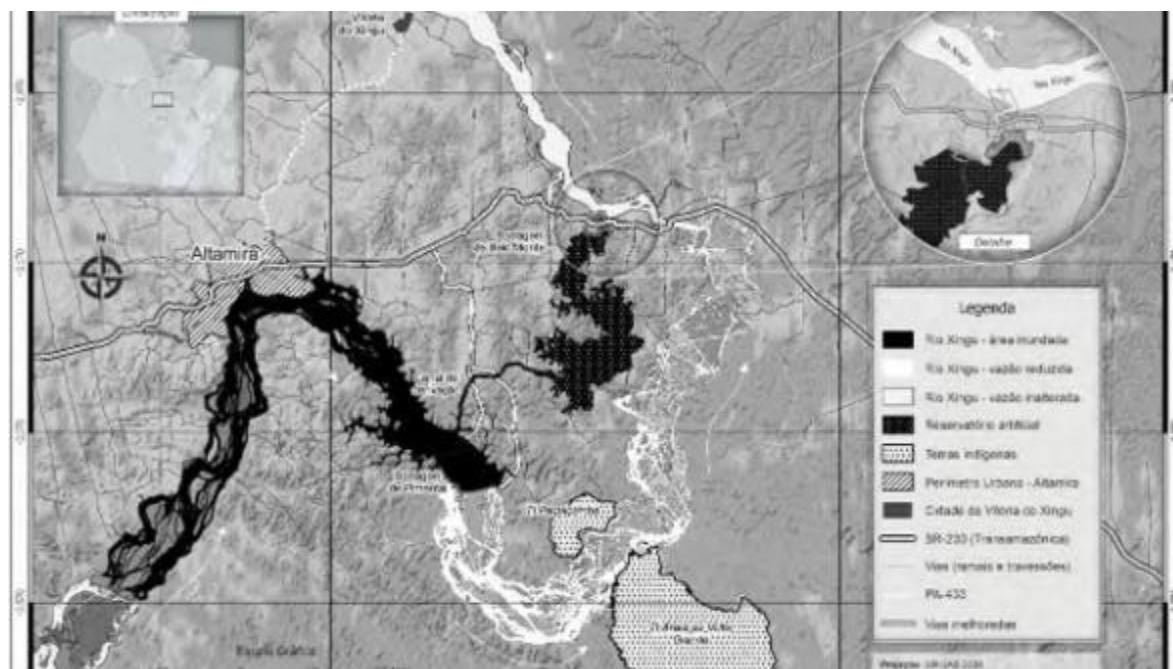


Figura 4. Mapa de Belo Monte - Mapa 3. Arranjo geral de Belo Monte

Fonte: Queiroz Miranda de Neto & Conceição Mendes (2019: 42)

A publicação do Estudo de Impacto Ambiental suscita a oposição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, sobretudo, do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); e o apoio de um grupo de empreendedores e madeireiros, o FORT Xingu. Assim, numa sequência acelerada, em 2010 é liberada a licença de instalação da barragem – que porém vincula o projeto a 40 ‘condicionantes’. Sempre em 2010, realiza-se o leilão para construção e operação da usina, atribuído “em menos de sete minutos” (Queiroz Miranda de Neto & Conceição Mendes 2019: 39) ao Consórcio público/privado Norte Energia.

Em 2011, a sucessora designada de Lula, Dilma Rousseff, reitera a prioridade da obra no PAC II (2011-2014) e acompanha seu começo: o desvio de 100 km do Rio Xingu; a criação de milhares de quilômetros quadrados de cheias, alagamentos, secas permanentes induzidas pelo desvio; e o deslocamento de milhares de ribeirinhos e beiradeiros em novos bairros na periferia da cidade, chamados de RUCs: Reassentamentos Urbanos Coletivos (Queiroz Miranda de Neto & Conceição Mendes 2019: Cap. 2). Em 2016, como último ato enquanto presidenta, Dilma Rousseff inaugura a primeira turbina (Bolsonaro inaugurará a última em 2019). Impressiona, nesse período 2011-2016, o aumento da criminalidade organizada e de homicídios, que em 2017 torna Altamira a cidade mais violenta do Brasil segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Em 2024, um relatório do IBAMA constata que quase a metade das condicionantes não foram cumpridas. É nesse contexto sedimentado de equívocos – sobre o território, o rio, os corpos e os modos de vida – que emerge a produção visual que as próximas seções se propõem a analisar.

3. Imagens e cosmovisões do desenvolvimento

Agora, podemos mostrar algumas vozes que animam as controvérsias, quais atratores semânticas as organizam, e como moldam as subjetividades dos atores, colocando sob tensão diferentes formas de pertencimento ao território. Ao analisar as imagens que colaboraram para estruturar essa controvérsia, cabe destacar as linhas de fraturas semânticas que fazem dela ‘uma disputa cosmopolítica’. Nessa linha de pesquisa, temos identificado quatro grandes grupos de imagens que desdobram quatro grandes *grupos-equívocos* sobre a corporeidade.

Cada um desses *grupos-equívocos* se refere a um momento distinto da controvérsia. O primeiro equívoco, colocado na década dos anos ‘80 e ‘90, concerne a ‘dignidade’ do corpo indígena. O segundo surge entre 2000 e 2016, mas é retomado por documentos contemporâneos e segue de grande atualidade: concerne a ‘dignidade’ do corpo ‘dos atingidos’ e, em particular, do seu principal envelope, a casa. Se trata, de fato, do período dos reassentamentos forçados de ribeirinhos nas periferias da Altamira para viabilizar a construção da obra. O terceiro grupo-equívoco concerne ao corpo próprio da usina e das suas poderosas figurações. Por fim, o quarto grupo concerne ao corpo mesmo do rio, cujo sentido muda profundamente no nicho semiótico da usina e no dos movimentos.

3.1. Novas corporeidades indígenas

A ditadura militar afirmou sua ideia de desenvolvimento negando toda legitimidade aos povos indígenas e ribeirinhos a participar desse suposto processo de melhoria da vida, da chegada numa condição de humanidade plena e digna. Havia acordo sobre o feito que o desenvolvimento não era para estes povos e, mais radicalmente, não os concernia. Eles eram considerados, ao final da conta, bárbaros, fora do perímetro da humanidade.

O declínio da ditadura é acompanhado pelo declínio dessa ideia. Acho importante levar em conta esse pano de fundo para analisar a imagem fundadora da controvérsia, a mais icônica: aquela que representa Tuiré Kayapó no encontro de Altamira de 1989 encostando seu facão no rosto do engenheiro. Acho que essa imagem vira ícone justamente por ter cristalizado a emergência de um novo paradigma: aquele da dignidade política dos povos da floresta.

Olhamos de mais perto essa fotografia. Aqui, as figuras da guerreira e do engenheiro se dispõem num eixo diagonal que dinamiza a cena. A figura de Tuiré Kayapó aberta, tensionada pelo facão até o engenheiro, defensivo, orienta a leitura de baixo/ direita até o alto/ esquerda. Ela não apenas reverte a hierarquia construída pela configuração espacial e cultural do encontro, à semelhança da relação entre Davi e Golias; mas, sobretudo, respondendo ao grito de guerra da ditadura, lançado provocativamente em sua língua, *kararaô*, torna a unilateralidade da provocação na reciprocidade do desafio, forçando o próprio reconhecimento (Greimas 1982).

A imagem se torna um ícone do que, ao contrário da tese de Spivak, o subalterno pode falar se ele intervier na ordem simbólica que organiza a metapragmática enunciativa: Tuiré ‘literaliza’ a metáfora provocadora usada pela Norte Energia, que nomeia o projeto apropriando-se da língua Kayapó, mostrando para o mundo o que é um verdadeiro grito de guerra Kayapó. Essa imagem contribui assim para o nascimento e a formação de uma subjetividade dos povos da floresta na esfera pública brasileira que os excluía completamente (Figura 5).



Figura 5. Fotografia de Tuíre Kaiapó - Fotografia 1. A foto icônica de Tuíre Kayapó, captada por Paulo Jares, durante o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (1989)

Fonte: Conteúdo restrito, <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?curid=6486282>

3.2. O corpo dos atingidos

No entanto, enquanto se processa o declínio do modelo desenvolvimentista da ditadura, e sua concepção exclusiva da ‘humanidade’, emerge e se afirma uma outra ideia de desenvolvimento, chamado pelos observadores políticos de ‘neodesenvolvimentismo’, que reconfigura o campo discursivo – e, inclusive, visual – da dignidade humana. Nessa configuração, há uma concepção não excludente, mas marcadamente gradual da humanidade, da humanidade como devir – e resgate – permanente. Esse campo é profundamente marcado pela oposição entre o rico e o pobre. O objetivo dos PAC dos socialistas é a integração do pobre urbano na classe média. No texto, Belo Monte é o veículo dessa conversão, tanto pelos pobres urbanos, que efetivamente dependem da geração industrial de energia para sobreviver, quanto dos povos da floresta, que viviam justamente atendendo necessidades que os urbanos atendem com energia hidroelétrica, tecendo alianças com o rio que a hidroelétrica acaba por transformar radicalmente. Aqui, se abre uma nova concepção dos povos da floresta e ribeirinhos como futuros “pobres urbanos”.

Para testar essa hipótese de leitura, proponho a tarefa de prestar atenção ao vídeo *Um novo olhar sobre Belo Monte*, publicado em 2024 no site da Norte Energia⁵. Muito significativo dessa ‘conversão’, o vídeo é publicado para responder às contestações desenvolvidas, sobretudo, na década entre 2010 e 2020, focada na crítica da urbanização violenta impulsionada pelo empreendimento e cujo símbolo foram os RUC. Trata-se de um minidocumentário de 6 minutos e 20 segundos, que mostra fotos de

⁵ No último acesso, em março 2026, temos observado que o vídeo foi reeditado diz respeito à versão analisada no final do 2025, limitando bastante a sequência em preto e branco, mudando de banda de som, menos dramática, e acrescentando mais detalhes técnicos sobre o funcionamento da usina. Apesar de tudo, consideramos que a imagem dos atingidos pela barragem não muda radicalmente a versão considerada.

repertório, trechos de telejornais, gravações originais com câmeras tradicionais e drone. A tese, expressada pelo slogan final pela voz *off*, é nítida: “Norte Energia, Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Energia da Amazônia, essencial para o Brasil”.

Ainda, para apoiar a tese, o vídeo constrói uma oposição axiológica de fundo entre um passado ‘remoto’ de miséria, doença, carência habitacional e infraestrutural (00:00-01:20), e um passado ‘próximo’, um presente e um futuro promissores e sustentáveis de melhorias infraestruturais, empregatícias, ambientais e de saúde (01:21-04:33). Quarenta segundos antes do encerramento são dedicados ao impacto ambiental (04:34-05:10), e mais um minuto é dedicado, em conclusão aos trabalhos realizados e aos compromissos pelo futuro (05:11-6:25). Pela análise das figurações do corpo dos atingidos, é particularmente interessante focar a análise nos dois primeiros trechos, que lançam os fundamentos do dispositivo axiológico e argumentativo antes/depois.

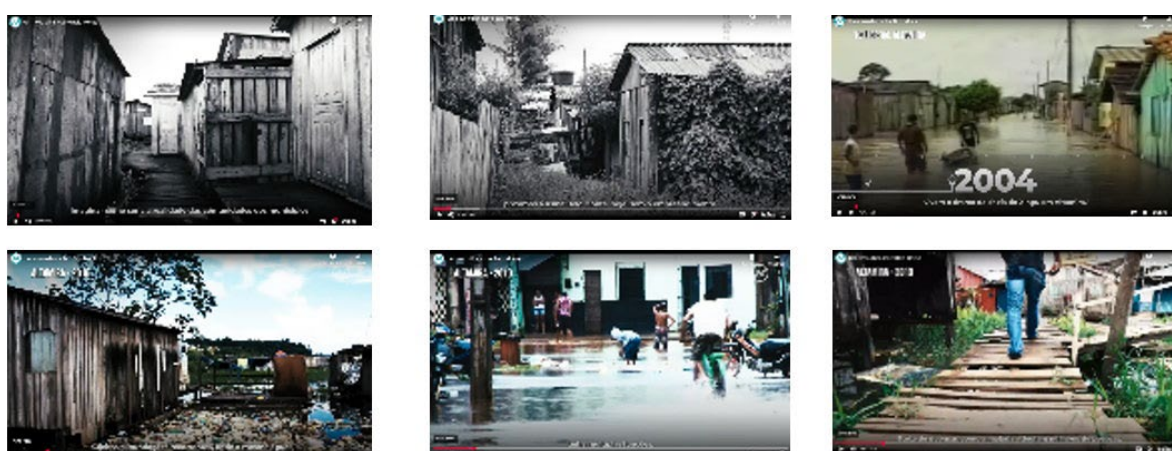


Figura 6. Fotografias de Belo Monte - Fotogramas 1. Corpos dos atingidos na primeira sequência

Fonte: <https://www.norteennergiasa.com.br/sustentabilidade>

A primeira, do subdesenvolvimento e da sub-humanidade, que mostra trechos de telejornais com filtros de cor, sobre alagamentos ocorridos nas ‘palafitas’ na área de Altamira (já devastadas pela miséria), misturadas como fotos ‘autorais’ em preto e branco, com música dissonante típica do gênero ‘horror’. Note-se a ausência de rostos e de primeiros planos: todos os corpos são olhados de longe, ou filmados em corte, ou ainda, são figurativamente ausentes, mas simbolizados pela presença de sujeira, lixo, fezes. O atingido é um *corpo sem identidade* individual, sem relações sociais: só é identificado pelo papel temático do pobre mísero, cujas marcas conotativas são sublinhadas pelas moradias frágeis e insalubres. Eles não são plenamente pessoas, mas apenas vítimas. Vítimas que o empreendimento pode redimir e resgatar. Como se ouve na metade do vídeo: “A presença de Belo Monte foi decisiva pelo resgate e a transformação da qualidade de vida da população de Altamira e dos Municípios vizinhos” (01:21). Um fotograma, em particular, condensa o propósito do vídeo, colocando lado a lado, em *split screen*, o antes e o depois (01:36) (Figura 6).



Figura 7. Vídeo de Belo Monte - Fotograma 2. *Split screen* “antes/depois”

Fonte: <https://www.norteenergiasa.com.br/sustentabilidade>

Imediatamente depois, voltam as cores e a música muda, distendida; aqui volta o rosto das pessoas, re-humanizadas e convertidas (Figura 7).

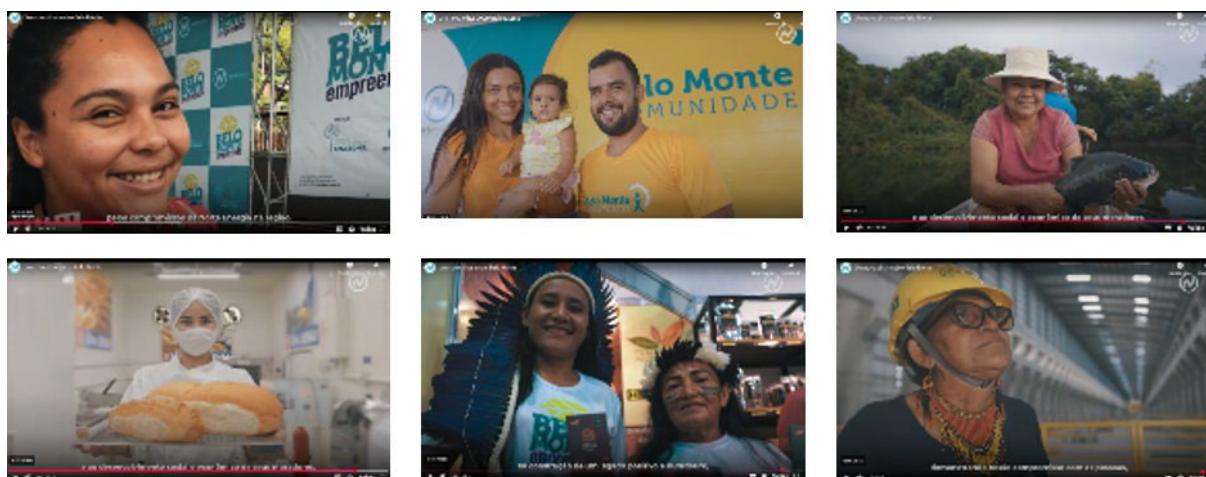


Figura 8. Vídeo de Belo Monte - Fotogramas 3. *Corpos dos atingidos na segunda sequência*

Fonte: <https://www.norteenergiasa.com.br/sustentabilidade>

O produto dessa conversão é o ‘atingido-empendedor’, que entra na humanidade não apenas pelo poder de compra, mas também de venda. Como se mostra por exemplo nessa imagem, publicada nos jornais do Pará como o *Liberal*, e agora presente em várias publicações sobre as medidas de compensações constantes do *site* da Norte Energia: o sucesso do empreendimento de chocolate indígena

em algumas aldeias Xipaya. Aqui, tudo aponta para um processo de humanização e dignidade: a frontalidade da imagem, o produto em primeiro plano e o sorriso, oferecidos em face do olhar da câmera.

Em contraste com essa representação visual do atingido, os materiais reunidos por Eliane Brum (2021) em *Banzeiro Okoto* e o fotojornalismo que os acompanha na mídia *Sumaúma*⁶, propõem uma figuração radicalmente distinta da corporeidade ribeirinha. Aqui, os corpos dos pescadores não aguardam uma conversão que lhes confira rosto e capacidade de agir: eles já são sujeitos competentes, dotados de habilidades somáticas e sensório-motoras sedimentadas no engajamento cotidiano com o rio. O corpo ribeirinho, tal como emerge nesses materiais, é um corpo que sabe – que lê as correntes, interpreta os ritmos de cheia e seca, reconhece os locais de reprodução dos peixes, orienta sua embarcação segundo sinais que só a memória incorporada permite decifrar. Trata-se, em suma, de um saber que não se adquire por conversão, mas por habitação prolongada do território.

Emerge aqui, com clareza, o equívoco central dessa controvérsia no que diz respeito à corporeidade: as duas representações não divergem apenas sobre quem merece dignidade, mas sobre o que a produz. No nicho semiótico da Norte Energia, a dignidade é um efeito concedido de fora – o empreendimento é o operador narrativo que converte o sub-humano em humano, o pobre sem rosto em empreendedor reconhecível. No nicho semiótico dos movimentos e do fotojornalismo crítico, a dignidade já está presente, inscrita nos corpos como competência prática e relacional: ela não precisa ser outorgada, mas reconhecida – ou, melhor, não ser destruída. O que a usina destrói, nessa perspectiva, não é apenas um modo de vida, mas uma forma de corporeidade: um corpo-território cuja subjetividade era constitutivamente imanente ao seu ambiente, e que a obra transformou num corpo desenraizado, dependente de uma subjetividade administrada de fora.

3.3. O corpo da usina

Consideramos mais uma vez o vídeo analisado.

Na parte final, aquela do ‘sancionamento positivo’ da obra, surgem as imagens do corpo da usina. Do ponto de vista narrativo, na verdade, se trata do corpo do ator principal dado que representa o principal operador da conversão pobre/empreendedor. No final, os atingidos são apenas os beneficiários da performance transformativa da usina, algo testemunhado pelo espectador através de sua sanção positiva.

A escolha do termo ‘conversão’ para indicar essa transformação não é casual. O empréstimo do vocabulário religioso é coerente com a isotopia visual que apresenta a usina nas fotografias oficiais e nas imagens dos vídeos de propaganda. De fato, a usina é apresentada conforme a uma sintaxe do olhar típica da representação das catedrais.

Como termo de comparação, é útil referirmos ao trabalho desenvolvido por Denis Bertrand e Veronica Estay Stange (Bertrand & Estay Stange 2021) sobre a construção visual de *Notre Dame de Paris* pelo viés da composição de dois tipos de perspectivas: em ascensão e em amplitude.

A primeira, prevendo o lugar do observador na proximidade do objeto olhado que ultrapassa a altura do sujeito, força uma apreciação visual no eixo da verticalidade, do baixo para acima. Esse tratamento prospectivo enaltece o objeto produzindo uma diminuição do observador, produzindo em

⁶ <https://sumauma.com/en/belo-monte-peixe-ficou-analfabeto-de-rio/>

efeito de sentido de sacralização da arquitetura, colocada na linha de mira de um olhar voltado para Deus.

A segunda, abrindo um espaço para um olhar destacado, permite ao observador de abranger o objeto dentro de um panorama, distribuindo a figura dele no eixo da horizontalidade, permitindo a apreciação estética do turista e sua conjunção desejada com a paisagem. Se, hoje, o visitante da *Notre Dame* está acostumado ao prazer laico do panorama, não era assim para os visitantes da catedral antes a reconstrução haussmaniana da *Île de la Cité*, forçando a proximidade com a catedral, em face da enorme densidade de ruas que ocupavam a frente do monumento.

No vídeo analisado, encontramos ambas as estratégias, permitidas pela grande plasticidade pelo drone. Por um lado, temos um grupo de fotogramas que valorizam uma perspectiva sacralizante, numa espécie de ‘sublime industrial’ sacralizado. Diferente das observações de Bertrand e Estay Stange, que no caso de estudo deles vinculam o efeito ‘sagrado’ à categoria plástica da verticalidade, acreditamos aqui que, para além da oposição verticalidade/horizontalidade, a categoria visual pertinente é aqui mais abstrata, da ordem superatividade/não-superatividade. De fato, o essencial desse ‘sublime industrial’ que encontramos no vídeo é a superação do objeto do olhar no que diz respeito ao campo visual do observador, que pode ser tanto no eixo vertical, quanto no horizontal. A superação sensível do corpo observado diz respeito ao campo de apreensão cognitiva de quem olha, o que contribui, no plano do conteúdo, a providenciar um efeito de transcendência do objeto no que diz respeito ao sujeito observador.



Figura 9. Fotogramas - Fotogramas 4. O corpo da usina: o “sublime industrial”

Fonte: <https://www.norteennergiasa.com.br/sustentabilidade>

Por outro lado, são frequentes os fotogramas e as fotografias de muito longe e de muito alto que, inscrevendo a Usina na paisagem verde, e valorizando o espelho de água que a cruza, produz um efeito de integração harmônica com o mundo amazônico ao redor, fusão mítica entre natureza e cultura. Tais fotogramas se integram numa classe iconográfica que encontramos também nas imagens de repertório da Usina, tanto no *site* de Norte Energia quanto, por exemplo, na fotografia identificativa da obra na página de *Wikipedia*.



Figura 10. Fotograma - Fotograma 5. Panorâmica da caixa de força principal

Fonte: <https://www.norteennergiasa.com.br/sustentabilidade>



Figura 11. Fotograma - Fotografia 3. UHE Belo Monte. Foto: Bruno Batista / Vice-Presidência da República / Wikimedia Commons. Visita à Usina Hidrelétrica Belo Monte (Altamira-PA, 09/09/2021) Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão durante Visita à Usina Hidrelétrica Belo Monte

Fonte:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:09_09_2021_Visita_%C3%A0_Usina_Hidrel%C3%A9trica_Belo_Monte_%2851443381900%29.jpg

O conceito de ‘sublime industrial’ que propomos não é apenas uma categoria estética, mas um dispositivo cognitivo. Na tradição que vai de Burke a Kant, o sublime designa a experiência de um objeto que excede a capacidade de apreensão do sujeito – e que, precisamente por isso, produz uma combinação paradoxal de temor e admiração. O elemento constitutivo dessa experiência é a desproporção entre o corpo do observador e o objeto percebido: uma desproporção que não é resolvida, mas exibida, tornada visível. É exatamente isso que opera a sintaxe visual dos fotogramas analisados: a ‘superatividade’ do objeto no que diz respeito ao campo visual do observador não é um efeito secundário da composição, mas seu princípio organizador.

Essa operação não é esteticamente neutra: ela prepara o sujeito a aceitar a obra como algo que o transcende, que pertence a uma ordem de realidade superior à sua. Nesse sentido, o sublime industrial não é um ornamento retórico, mas uma função da usina como máquina enunciativa: ele produz, no plano da expressão visual, o mesmo efeito de legitimação que o discurso do progresso técnico produz no plano do conteúdo verbal.

É significativo, nesse contexto, que essa estratégia do sublime coexista, no mesmo vídeo, com uma estratégia aparentemente oposta: a das imagens panorâmicas que inscrevem a usina na paisagem verde, produzindo um efeito de integração harmônica com o mundo amazônico. As duas estratégias parecem contraditórias – uma produz transcendência, a outra imanência – mas são, na verdade,

complementares. Juntas, constroem um objeto que é ao mesmo tempo superior à escala humana e naturalmente pertencente ao ecossistema: um híbrido de cultura e natureza que neutraliza visualmente as duas objeções principais ao empreendimento. A usina não é desumana: ela nos ultrapassa. E não é antinatural: ela se funde com a floresta. O sublime industrial é, assim, uma retórica da fusão entre grandiosidade técnica e pertencimento ecológico – precisamente a fusão que os movimentos de contestação recusam.

3.4. O corpo do rio

A quarta figura equívoca é o rio, o poderoso Rio Xingu, afluente da margem direita do Rio Amazonas. O controle do fluxo da água é, nesse sentido, uma aposta central da controvérsia: um grande equívoco que sustenta imagens do rio em direta concorrência. Se o fluxo ‘irregular’ do rio é uma falta a ser apagada pelo programa narrativo da produção energética, ela é um elemento constitutivo das práticas de pesca ribeirinha. Daí as lutas e as contestações do hidrograma da usina – o documento que fixa quanta água será desviada pela produção energética secundária, e em que medida, a Volta Grande –, hoje ao centro de experiências de ciência ‘popular’ de grande interesse (Pereira Juruna et al. 2025). O que está em jogo nessa disputa não é apenas uma questão quantitativa: é a própria definição do que é um rio.

No *nicho semiótico* da *Usina Hidrelétrica*, o rio é essencialmente matéria e energia. Matéria com fluxo, volume e inércia – elementos que podem ser canalizados com a resistência adequada de barragens e canais, a fim de acionar as turbinas da usina e, assim, gerar energia destinada à comercialização no mercado. Essa operação implica, necessariamente, a formação de áreas alagadas – duas, especificamente – que podem tornar inutilizáveis certas zonas anteriormente secas. Esse é um dos principais impactos reconhecidos pela Norte Energia, operadora da usina, nos estudos que acompanharam o processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Por outro lado, para a principal associação que contesta a obra, o movimento *Xingu Vivo*, o rio é algo substancialmente diferente: trata-se de uma rede de alianças que sustenta a própria vida do rio e das diversas comunidades ribeirinhas e indígenas (são nove as etnias diretamente afetadas). ‘Vivo’, o rio risca, porém, de ser ‘sufocado’. O que constitui sua ‘vitalidade’? Os processos reivindicados como partes integrantes da vitalidade do rio incluem, entre outros: o respeito à velocidade das correntes, aos ritmos de cheia e de seca, aos locais de reprodução dos peixes, à transparência da água e ao acesso à totalidade da extensão do rio. Todos esses elementos constituem, para os pescadores, as vozes do rio – vozes que, agora, se encontram ‘mortas’ ou ‘sufocadas’, ou, por outro lado, se tornaram difíceis de interpretar, ‘mentirosas’ de alguma forma, devido à forma como, em seu interior, ressoa a voz da usina.

Na década 2010, começa assim a desenvolver-se uma iconografia do rio sufocado que, por sua vez, torna-se sufocante, deslizando do campo semântico da vida e da verdade para o domínio temático da morte e da mentira. O jornal *Sumauma*, com sede em Altamira, fundado em 2022, é um intérprete significativo desta linhagem imagética⁷.

Concentremo-nos nas figuras que dão corpo ao primeiro aspecto tirando um exemplo, a título meramente ilustrativo, desta publicação. Estas figuras se manifestam, sobretudo, na conexão entre o rio

⁷ <https://sumauma.com/en/quem-somos/>

e a vegetação, ‘afogada’ pelo transbordamento do rio nas áreas alagadas, e entre o rio e a população de peixes, ‘sufocada’ pelo abrandamento do curso da água e por seu recuo das zonas de alimentação e reprodução da fauna ictícia.

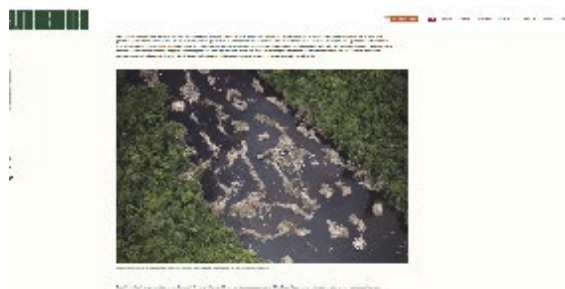


Figura 12. Captura de tela - Captura da tela 1: imagem de 2012, usada dentro de um artigo sobre Belo Monte publicado site de informação *Sumaúma*

Fonte: <https://sumauma.com/a-hora-e-agora-lula-tera-que-decidir-sobre-belo-monte/>



Figura 13. Captura de Tela - Captura da tela 2: programa de monitoramento do Instituto Socioambiental (ISA), reproduzida pela *Sumaúma*

Fonte: <https://sumauma.com/en/o-dia-em-que-os-yudja-encontraram-um-bercario-de-peixes-transformado-em-tumulo-por-belo-monte/>

As lideranças da comunidade de pescadores ribeirinhos de Belo Monte, falam exatamente nesses termos sobre o rio e suas correntes, que já não ‘dizem mais a verdade’ às suas embarcações, cujos motores agora se quebram com frequência. A pesca, para essas comunidades, já não pode ser uma atividade de subsistência que lhes garanta autonomia. Redefinida pela Norte Energia, a pesca tornou-se uma prática esportiva – exercida não por ribeirinhos, majoritariamente mulheres de pele marcada pelo sol, mas por turistas oriundos da grande cidade. A estes, aliás, a prefeitura ergueu, há alguns anos, uma estátua no centro da vila, intervindo justamente pelo viés de uma nova figuração do corpo dos pescadores.



Figura 14. Fotografia de Estátua - Fotografia 2. estátua instalada na praça principal do vilarejo de Belo Monte, no município de Anapu, financiada pela Norte Energia

Fonte: foto do autor, junho 2025

Conclusão

Conforme exposto na introdução, a proposta do VAMP consiste em desenvolver um protocolo de análise das controvérsias ecológicas capaz de elucidar os conflitos de sentido que frequentemente atravessam e paralisam o debate democrático. Partimos da hipótese de que as controvérsias associadas ao Antropoceno não decorrem apenas de divergências sobre fatos ou interesses, mas de desacordos mais profundos acerca das categorias que organizam nossa percepção do ambiente e orientam nossas formas de habitar o mundo.

Evidentemente, ainda estamos distantes da formulação de um modelo analítico consolidado. Contudo, o percurso realizado neste artigo permite identificar alguns princípios metodológicos promissores. O primeiro deles consiste em tomar como ponto de partida aquilo que chamamos de figuras equívocas: figuras nas quais diferentes nichos semióticos se cruzam e se tornam mutuamente visíveis. Ao longo da análise, procuramos mostrar como o corpo indígena, o corpo dos atingidos, o corpo da usina e o corpo do rio constituem precisamente esse tipo de figura. Em cada caso, não se trata apenas de representações divergentes de uma mesma realidade, mas de formas distintas de compor relações entre humanos e não humanos, de distribuir valores, capacidades de ação e modos de pertencimento ao território.

Nesse sentido, a controvérsia sobre Belo Monte revelou-se menos como um conflito entre posições ideológicas opostas do que como um conjunto de equívocos relativos à própria definição dos corpos em disputa. O que é um rio? O que é uma vida digna? O que é um território? O que significa desenvolvimento? As respostas oferecidas pelos diferentes atores não divergem apenas quanto aos conteúdos, mas quanto às próprias condições de produção do sentido. Assim, a controvérsia aparece como um espaço de tradução sempre incompleta entre mundos parcialmente distintos, mas inevitavelmente entrelaçados.

É justamente aqui que a hipótese do corpo-território adquire relevância. Ao questionar a assimetria entre EU-CARNE e CORPO-PRÓPRIO proposta por Fontanille, procuramos mostrar que a

corporeidade não emerge de uma tomada de posição sobre um ambiente previamente neutro ou indeterminado. Todo corpo já se encontra engajado em redes de associações, memórias e práticas que o constituem desde o início. Em outras palavras, o território não é o cenário exterior da ação dos corpos; ele participa ativamente de sua formação. Todo corpo é, desde sempre, um corpo-território. E todo território é igualmente habitado por múltiplas corporeidades humanas e não humanas que o tornam inteligível, habitável e disputável.

A controvérsia de Belo Monte evidencia ainda um aspecto central das condições antropocênicas contemporâneas. Se o Antropoceno parece amplificar a voz dos humanos na escala planetária, isso ocorre porque essa voz se encontra acoplada a vastas infraestruturas técnicas que expandem enormemente seu alcance e sua capacidade de transformação. Nesse sentido, a usina hidrelétrica não pode ser compreendida apenas como um artefato ou uma obra de engenharia. Ela opera como uma verdadeira prótese cognitiva coletiva, uma máquina enunciativa capaz de reorganizar corpos, rios, paisagens, práticas econômicas e formas de vida. Ao fazê-lo, ela produz novos regimes de visibilidade e invisibilidade, novas distribuições do sensível e novos modos de pertencimento territorial.

Por fim, acreditamos que as figuras equívocas analisadas ao longo deste trabalho possuem um valor metodológico particular porque condensam, em sua própria materialidade semiótica, a pluralidade de vozes que compõem o mundo contemporâneo. Elas tornam perceptíveis os pontos em que diferentes formas de vida entram em contato, se traduzem parcialmente e, ao mesmo tempo, resistem umas às outras. Talvez uma semiótica das controvérsias ecológicas deva começar justamente por aí: não pela eliminação dos equívocos, mas por sua descrição cuidadosa; não pela busca de uma voz única capaz de resolver o conflito, mas pela atenção às múltiplas vozes que nele ressoam. Pois é nessa equivocação constitutiva – ou, talvez, nessa vociação – que se abrem os possíveis a partir dos quais outros modos de coexistência podem ser imaginados.

Agradecimentos

O autor agradece o apoio financeiro da União Europeia através do programa de investigação e inovação Horizon 2022, ao abrigo da bolsa Marie Skłodowska-Curie (Grant Agreement n.º 101106065).

Referências

- BERTRAND, Denis & ESTAY STANGE, Verónica
S.d. *Les abords de Notre-Dame de Paris. Étude sémiotique. Microsoft Word - 1.NOTRE-DAME DE PARIS.ÉTUDE SÉMIO.TEXTE.DÉF.docx*
- BRUM, Eliane
2021 Banzeiro òkòtò: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo, São Paulo, Companhia das Letras.
- CABNAL, Lorena
2010 “Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”, in ACSUR-Las Segovias (ed.), *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, Madrid, ACSUR-Las Segovias, pp. 11-25.
- CLARK, Andy
2008 *Supersizing the Mind: Embodiment, Action, and Cognitive Extension*, Oxford, Oxford University Press.
- CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes
2016 “Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte”, *Novos Cadernos NAEA*, n.º 3, v. 19, pp. 233-254.

- CRUTZEN, Paul J. & STOERMER, Eugene F.
2000 “The Anthropocene”, IGBP Newsletter, n° 41, pp. 17-18.
- CRUTZEN, Paul J.
2002 “Geology of mankind”, Nature, n° 415.6867, pp. 23-24.
- DANOWSKI, Débora & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo
2014 Há mundo por vir? Ensaio sobre os meios e os fins, Rio de Janeiro, n° 1.
- DELEUZE, Gilles
1986 Foucault, Paris, Minuit.
- DESCOLA, Philippe
2004 Par-delà nature et culture, Paris, Gallimard.
2009 L'écologie des autres. L'anthropologie et la question de la nature, Paris, Quae.
- FABBRI, Paolo
2014 La svolta semiotica, Bari, Laterza.
- FEARNSIDE, Philip Martin
2017 “Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over a mega-dam in Brazilian Amazonia”, *DIE ERDE – Journal of the Geographical Society of Berlin*, n° 1, v.148, pp. 14-26.
- FLEURY, Lorena Cândido & ALMEIDA, Jalcione
2013 “A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento”, *Ambiente & Sociedade*, n° 4, v. XVI, pp. 141-158.
- FONTANILLE, Jacques
2008 Soma e sema: figuras do corpo
- FONTANILLE, Jacques & ZILBERBERG, Claude
1998 Tension et signification, Hayen, Mardaga.
- FOUCAULT, Michel
1975 Surveiller et punir, Paris, Gallimard.
- GAGO, Verónica
2019 *La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo*, Madrid, Traficantes de Sueños.
- GALLAGHER, Shaun
2011 “The Overextended Mind”, *VS*, n° 112-113, pp. 57-68.
- GIBBARD, Philip; WALKER, Michael; BAUER, Andrew; EDGEWORTH, Matthew; EDWARDS, Lucy; ELLIS, Erle; FINNEY, Stanley; GILL, Jachqualyn L.; MASLIN, Mark; MERRITTS, Dorothy; RUDDIMAN, William
2022 “The Anthropocene as an Event, not an Epoch”, *Journal of Quaternary Science*, n. 3, v. 37, pp. 395-399. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jqs.3416>. Acesso em: 20/10/2025.
- GREIMAS, Algirdas Julien
1982 Du sens II, Paris, Seuil.
- GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph
2008 Dicionário de semiótica, São Paulo, Editora Contexto.
- HARAWAY, Donna
2016 *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*, Durham, Duke University Press.
- INGOLD, Tim
2000 The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill, London, Routledge.
- LATOUR, Bruno
1992 “Where are the missing masses? Sociology of a few mundane artefacts”, in *Shaping Technology-Building Society: Studies in Sociotechnical Change*, Cambridge (Mass.), MIT Press, pp. 225-259.
1994 Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique, Paris, La Découverte.
1999 Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie, Paris, La Découverte.
2007 Changer de société, refaire de la sociologie, Paris, La Découverte.
2012 Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des Modernes, Paris, La Découverte.
2016 Face à Gaïa: huit conférences sur le nouveau régime climatique, Paris, La Découverte.

MARRONE, Gianfranco
2001 *Corpi sociali*, Turim, Einaudi.

NETO, José Queiroz de Miranda & MENDES, Francivaldo José da Conceição
2019 *Uma década da Usina de Belo Monte: habitação, lazer e (re)existências*, Altamira, Panamazônica Editora.

OLIVEIRA, Ana Claudia de
2006 “A leitura do jornal como experiência sensível”, *Revista da ANPOLL*, n° 21, v. 1, pp. 165-200.

PAREDES, Julieta
2010 *Hilando fino desde el feminismo comunitario*, La Paz, CEDEC / Comunidad Mujeres Creando Comunidad.

PAOLUCCI, Claudio
2021 *Cognitive semiotics: integrating signs, mind, meaning and cognition*, Cham, Springer.
2025 “Como se reconhece a semiótica cognitiva? Uma virada material entre enunciação, nichos semióticos e vozes do Antropoceno”, *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, n. 2, v. 17, pp. 15-27.

PORTELA, Jean Cristtus
2008 *Práticas didáticas: um estudo sobre os manuais brasileiros de semiótica greimasiana*, Tese (doutorado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103599>. Acesso em: nov. 2025.

SCHWARTZMANN, Matheux
2019 “O retrato da chacina: estratégias de humanização no caderno cotidiano”, in V. L. R. Abriata et al. (org.). *Vozes do social: a enunciação visual e sincrética na diversidade das mídias organizadores*, Franca, Unifran, p. 83-103. Disponível em: <https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/criacao/arquivos/serie-foco-4.pdf>. Acesso em: maio 2026.

SEGATO, Rita Laura
2016 *La guerra contra las mujeres*, Madrid, Traficantes de Sueños.

TASSINARI, Carlo Andrea
2024 “L’effetto Antropocene: controversie, identità collettive e qualche nota sul TAV Torino-Lione”, *E/C*, n° 41, pp. 34-39. Disponível sur: <https://mimesisjournals.com/ojs/index.php/ec/article/view/4430>, consulté le 01/11/2024.
2025 “Au bout du tunnel: vers un protocole d’analyse sémiotique des controverses écologiques: le cas du projet Lyon-Turin en France”, *Actes Sémiotiques*, n° 132. <https://doi.org/10.25965/as.8890>

TSING, Anna L.
2015 *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*, Princeton, Princeton University Press.

VIOLI, Patrizia & LORUSSO, Anna Maria
2004 *Semiotica del testo giornalistico*, Bari, Laterza.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo
2004 “Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation”, *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, vol. 2: Iss. 1, Article 1. DOI: <https://doi.org/10.70845/2572-3626.101> Disponível em: <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1>
2024 *Metafísicas canibais*, São Paulo, Ubu Editora.

Pour citer cet article : Carlo Andrea TASSINARI. « Corporeidades e pertencas no Antropoceno: equívocos nas controvérsias ecológicas sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte », *Actes Sémiotiques* [En ligne]. 2026, n° 135. Disponible sur : <<https://doi.org/10.25965/as.9602>> Document créé le 21/07/2026

ISSN : 2270-4957